

Deputado insiste em mudar nomes de rua

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

A polêmica nasceu em 1998, ficou adormecida até agora, mas promete esquentar a votação do Plano Diretor Local (PDL) de Ceilândia, na Câmara Legislativa, na próxima terça-feira. O deputado José Edmar (PMDB), que desde aquela época defendia a mudança dos nomes das principais avenidas da cidade, quer que o PDL consolide de vez a Lei 1.876/98, de autoria dele. Essa lei deu o nome de estados brasileiros a 21 avenidas de Ceilândia.

Nessas avenidas, há placa indicando o estado que dá nome à via. Na prática, no entanto, pouca gente se dá conta da mudança. "As ruas da cidade estão ganhando apelidos pejorativos", irrita-se José Edmar. "A Avenida M1, por exemplo, que é a Avenida Goiás, está sendo chamada de Avenida da Caixa D'Água", desespera-se o líder do governo. O deputado espera que reforçando

a alteração no PDL os verdadeiros nomes das avenidas ganhem a simpatia popular.

Mas, entre os deputados, há quem condene a alteração. O deputado Wasny de Roure (PT), relator do PDL, em 1998, entende que a mudança só vai trazer problemas à população. "Isso é algo sem relevância. Os registros terão de ser alterados", diz ele. José Edmar garante que a população não passará por transtornos.

"Não vai haver ônus nenhum, a numeração oficial vai continuar a existir. O nome das vias servirá apenas como referência", explica. "Hoje é a maior confusão. A pessoa quando quer chegar a QMN 23, precisa falar *Maria Não* para não confundir com *Maria Maria*."

FREGUESIA DO O

Outra alteração promete também criar controvérsias na sessão extraordinária de terça-feira. O PDL prevê a extinção da expansão do Setor O. No lugar do

Carlos Vieira 12.5.98



A Av. Goiás, que todo mundo conhece como avenida da Caixa D'Água

bairro de 35 mil pessoas, que vai da QNO 16 a QNO 20, surgirá a QNS. A idéia também é do deputado José Edmar.

"O bairro não tem necessidade de ser agregado do Setor O. O menino de escola tem até vergo-

nha de falar que mora na expansão", esforça-se o distrital. Mas nem todos os moradores são simpáticos à mudança. "Vamos ter de mudar as escrituras dos nossos lotes. Quem vai arcar com esse ônus?", protesta Veri-

diano Custódio de Brito, 41 anos, da Associação Comunitária da Expansão do Setor O.

Ceilândia é a quarta cidade do Distrito Federal a ter PDL. Candangolândia, Sobradinho e Taguatinga foram as primeiras. O Plano Diretor Local é o instrumento básico da política de desenvolvimento territorial e urbano de uma cidade. O PDL de Ceilândia estava para ser votado em dezembro de 1998, ainda no governo Cristovam Buarque, mas, mesmo depois de discutido com técnicos e lideranças comunitárias, o projeto recuou.

"Foi manobra política dos deputados de oposição que se tornariam governistas com a eleição de Roriz", afirma Wasny. "Não houve nenhuma alteração relevante que justificasse isso." Pior para Ceilândia. Criada em 1971, a cidade é a mais populosa do Distrito Federal. Juntamente com Taguatinga e Samambaia, o trio abriga 43% da população de mais de 2 milhões de habitantes de todo o DF.

O PDL chega atrasadíssimo. O rápido crescimento de Ceilândia sem planejamento urbanístico resultou na deterioração da qualidade de espaços públicos, conflitos no sistema viário e desequilíbrios no meio ambiente. Avaliações de técnicos do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF) apontam que 80% das edificações na cidade estão fora das normas vigentes.

"A cidade não vai amanhecer diferente no dia seguinte à aprovação do PDL, mas terá uma lei que trará melhorias significativas. Do jeito que estava, Ceilândia estava muito amarrada", diz a deputada Anilcéia Machado (PSDB), relatora do PDL. Entre as mudanças, um novo eixo viário ligando Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. O uso do solo, em áreas não residenciais, passa a ser mais flexível. Exemplo disso é a avenida central. O comércio que funcionava irregular em residências passa a ser permitido.